

# ATA N.º 7 (REUNIÃO PRIVADA)

---- Aos dezassete dias do mês de março do ano de dois mil e dezassete, na Cidade de Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Vice-Presidente NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e ANTÓNIO ALFREDO MANALVO DA SILVA, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

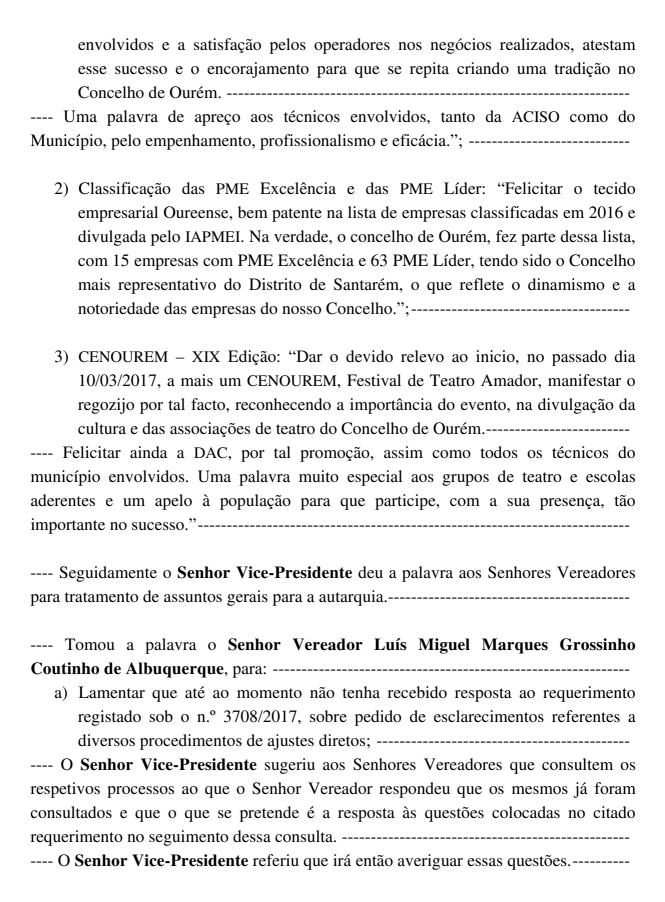
ooxxxoo

000

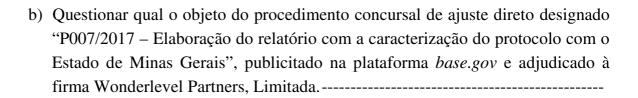
## 

 V Workshop Internacional de Turismo Religioso – Fátima: "Em reconhecimento ao êxito mais uma vez verificado neste V Workshop de Turismo Religioso, saudar a ACISO, nesta parceria com a Câmara Municipal de Ourém. O nº considerável de inscritos assim como a diversidade de países





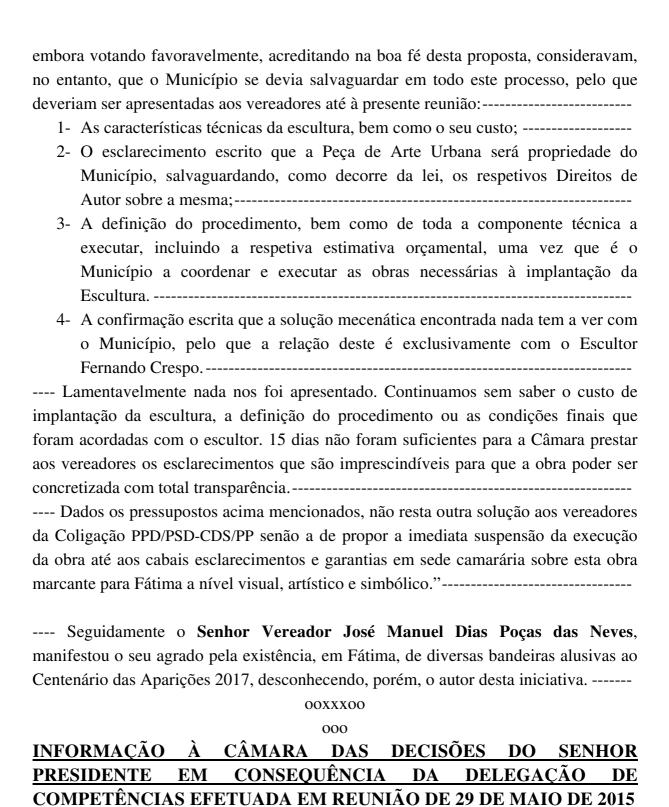




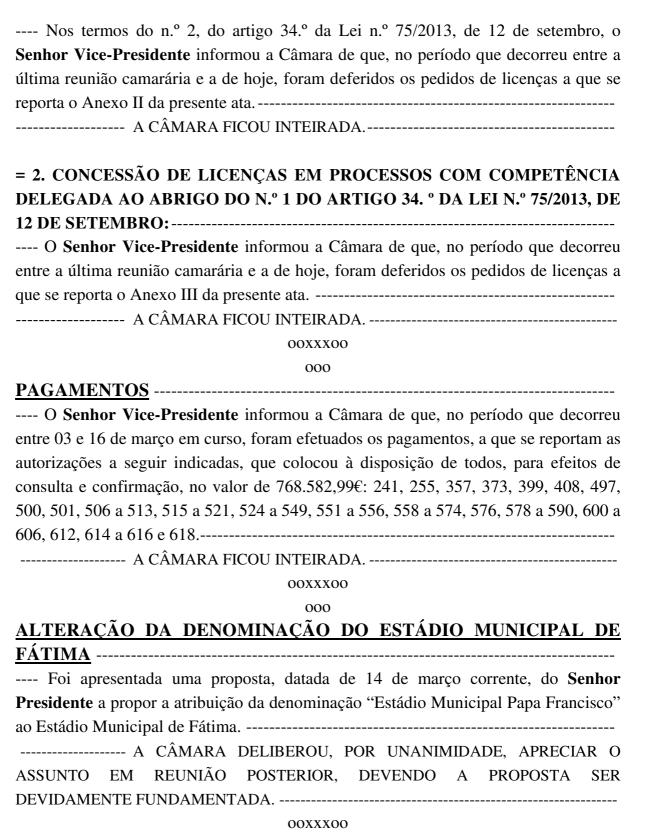
---- De seguida a **Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa**, tomou a palavra para questionar o seguinte: -----

- b) Qual o ponto de situação relativo à regularização de problemas pendentes no Centro Escolar de Olival, designadamente os vidros partidos e o pavimento do recreio, uma vez que foi abordada sobre essas situações.------
- ---- A **Senhora Vereadora Lucília Vieira** informou de que as circunstâncias apontadas são da responsabilidade do empreiteiro. -----
- ---- Reconhecendo "a inegável importância de se dotar a cidade de Fátima de uma obra de valor artístico simbólico que perpetue o ano em que se comemora o Centenário das Aparições", os Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP salientaram na altura que



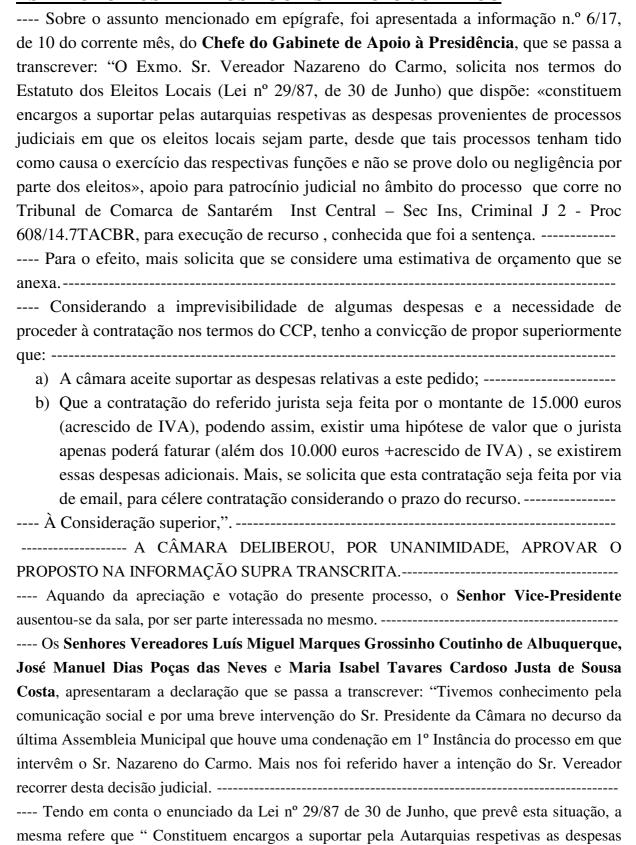




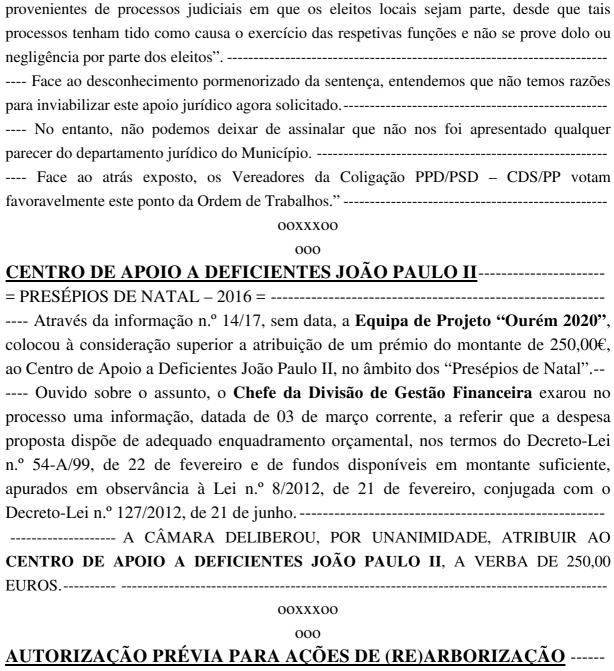




## ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS – APOIO JURÍDICO -----



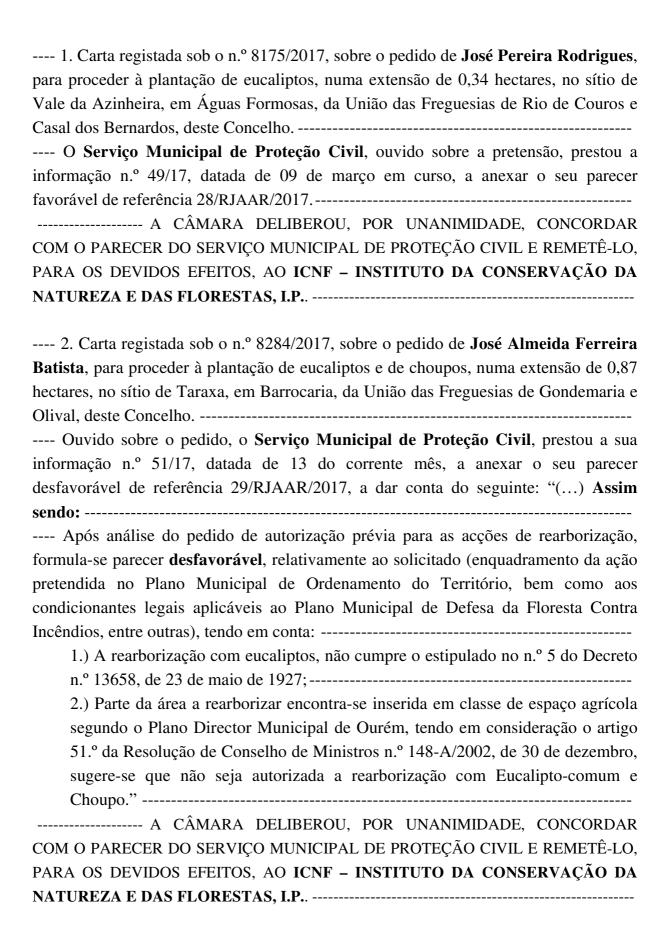




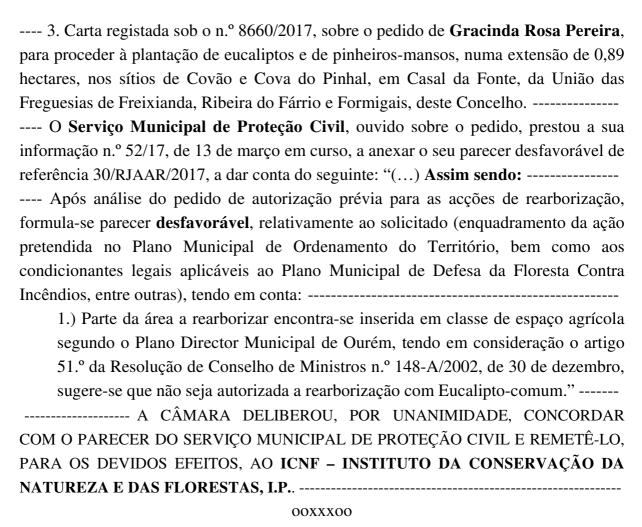
---- Relativamente ao assunto acima designado, foram apresentadas as cartas (enviadas por correio eletrónico), que a seguir se especificam, de Institute de Conservaçõe de

por correio eletrónico), que a seguir se especificam, do **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.**, com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre os pedidos que de igual modo se identificam:------





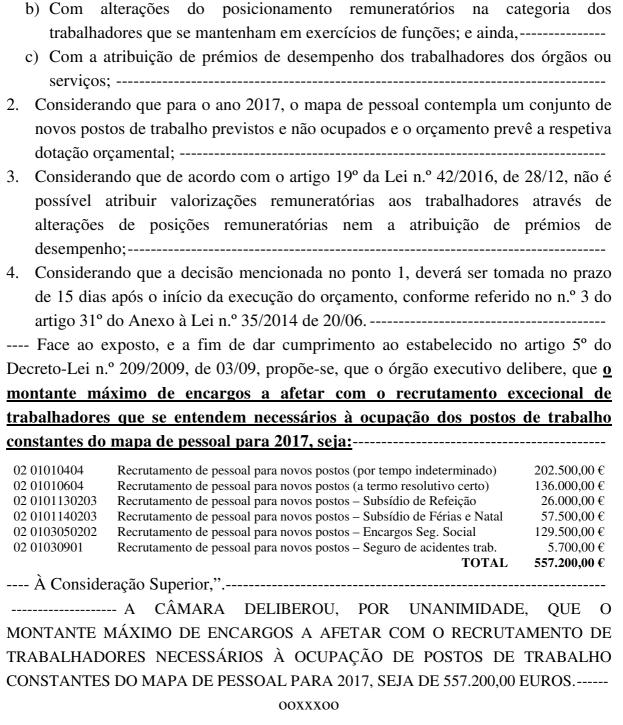




AFETAÇÃO DO MONTANTE MÁXIMO DE ENCARGOS COM O RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NECESSÁRIOS À OCUPAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA O ANO 2017

- - a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado; e/ou -----

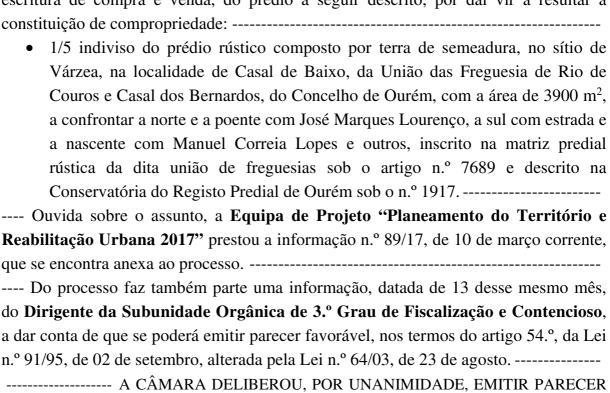




# AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

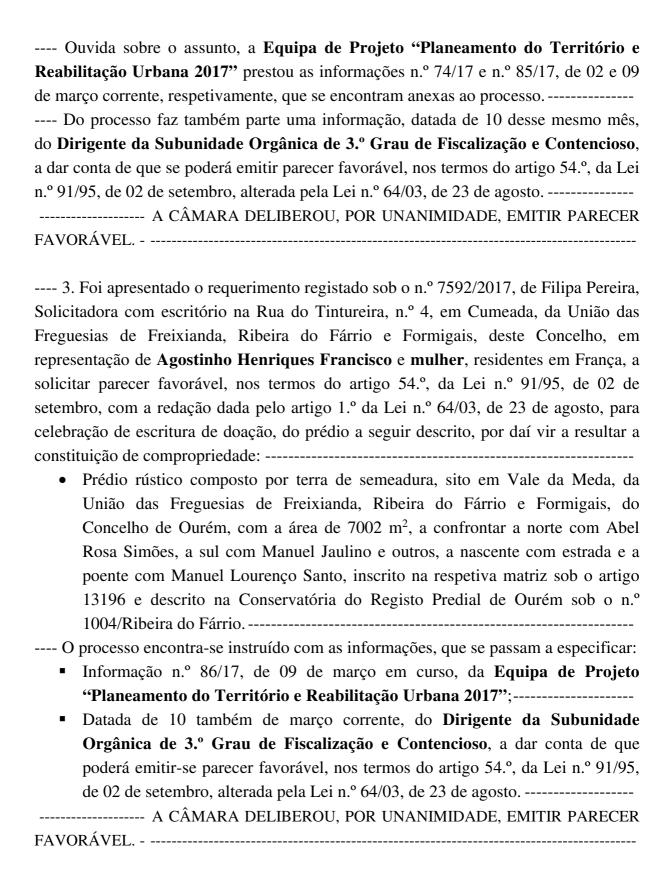
---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 4361/2017, de **Manuel Correia Lopes**, residente na Rua Principal, n.º 109, em Casal de Baixo, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, a solicitar

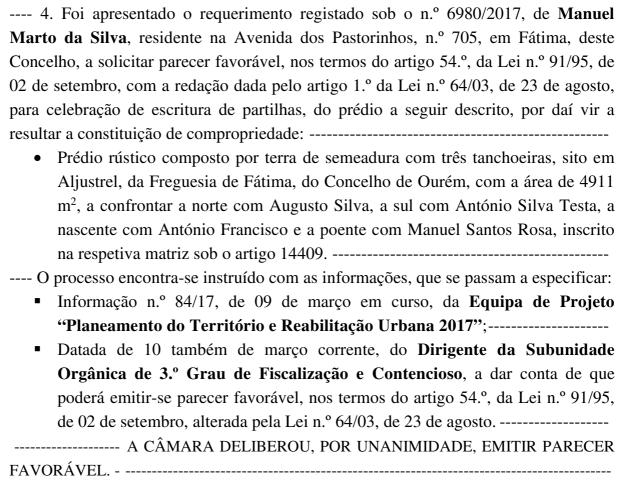




FAVORÁVEL. - ------





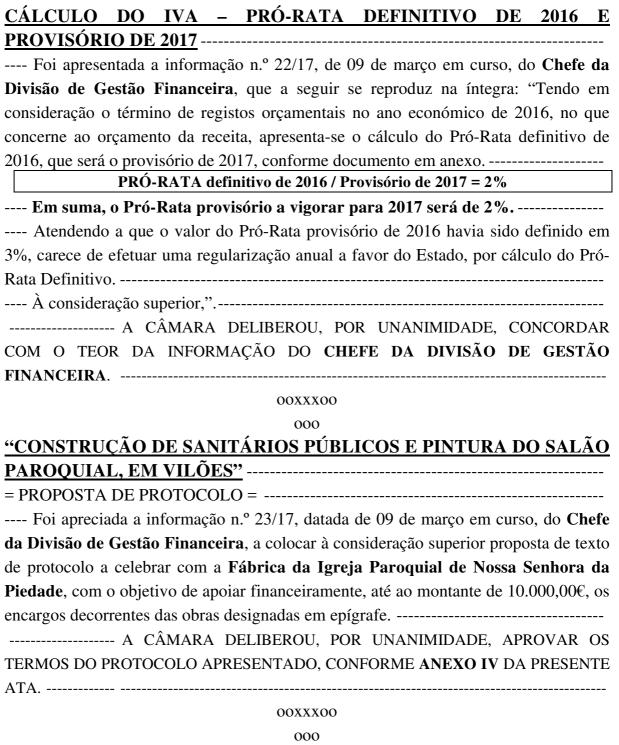


OOXXXOO

000

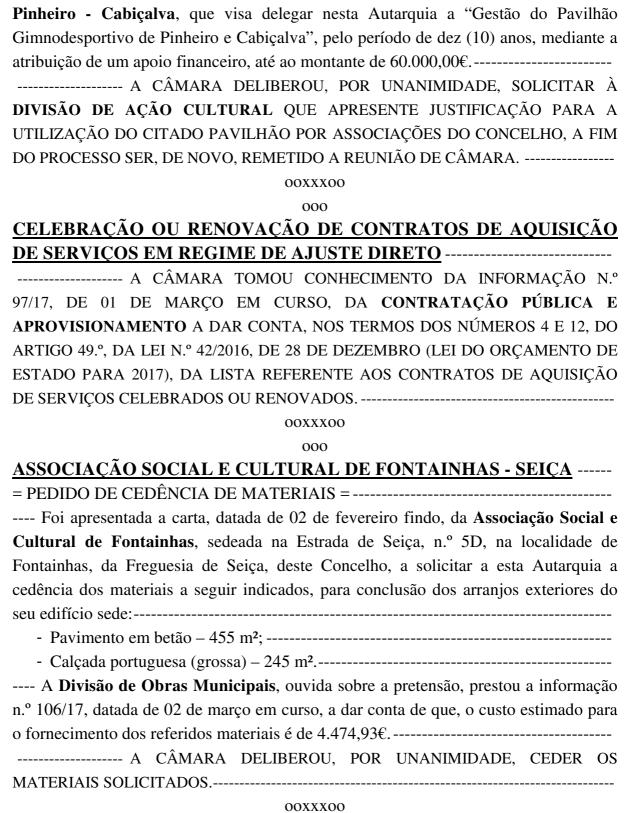
### 



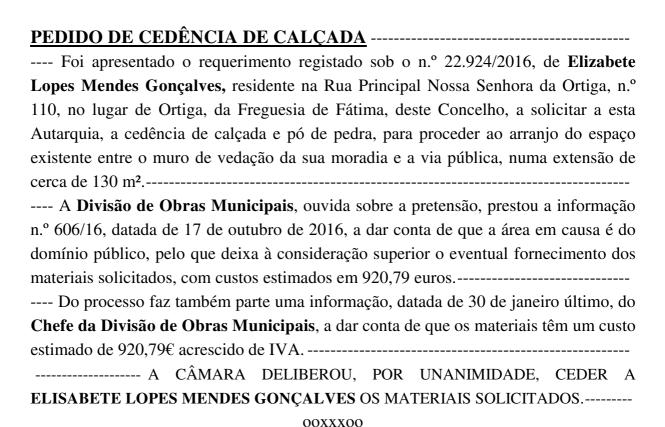


PROPOSTA DE PROTOCOLO DE "CEDÊNCIA DA GESTÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE PINHEIRO E CABIÇALVA"-----

---- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, através da sua informação n.º 24/17, datada de 14 do corrente mês, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a Associação Desportiva e Cultural Lírios do Campo







## PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL -----

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 35.266/2016, da firma VERDASCA & VERDASCA, S.A., sedeada na Rua de Fátima, n.º 3, em Areias, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho, a requerer a emissão de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, para instruir pedido de regularização das obras de ampliação da área do seu Parque Industrial, sito na referida morada, tendo em vista a construção de uma linha de fabrico de placas em betão leve.--------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 118/17, de 21 de fevereiro findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, que a seguir se transcreve: "1. ENOUADRAMENTO: --------- A empresa Verdasca & Verdasca, S.A, contribuinte n.º 501 820 361, com sede em Rua de Fátima, n.º 3, Areias, 2490-124 Gondemaria, vem solicitar a Declaração de Interesse Público Municipal para a possível regularização das ampliações efetuadas <u>e a</u> efetuar na zona norte do seu parque industrial sito em Areias, classificado como espaço Agro-Florestal nos termos do Plano Diretor Municipal. -----



- 2. Com a nova construção pretende empregar mais 30 trabalhadores, que se vem juntar aos 93 existentes no grupo Verdasca & Verdasca.-----

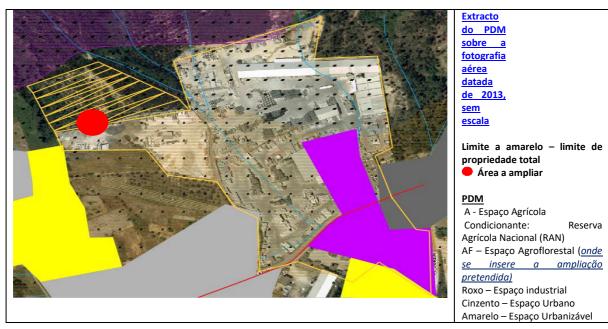
---- Orto do Parque industrial – Verdasca&Verdasca, Lda -----



#### 2. ANTECEDENTES-----

---- No dia 30/01/2017, a equipa constituída por Isabel Pereira e Odete Pinto, deslocou-se ao local para analisar a situação e verificou que o terreno se encontrava limitado e limpo sem existência de qualquer construção.-----

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ------



---- A pretensão em termos de PDM está em Espaço Agro-Florestal sem condicionante RAN ou REN, conforme se pode visualizar na planta anterior.-----3. CONCLUSÃO: ---------- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior o pedido de emissão de declaração de interesse municipal solicitado pela empresa Verdasca&Verdasca para ampliação da área do Parque industrial para construção de uma linha de fabrico de placas em betão leve. Pedido este que se vem juntar à declaração de interesse publico municipal emitida pela Assembleia Municipal em 29 de Abril de 2015 ao pedido de regularização de edificado e ampliação. --------- O presente pedido enquadra-se na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro. --------- À consideração superior." ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À **EMISSÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL** Α DA **DECLARAÇÃO** RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º 4, DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 05 DE NOVEMBRO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 21/2016, DE 19 DE JULHO. ------

000 000

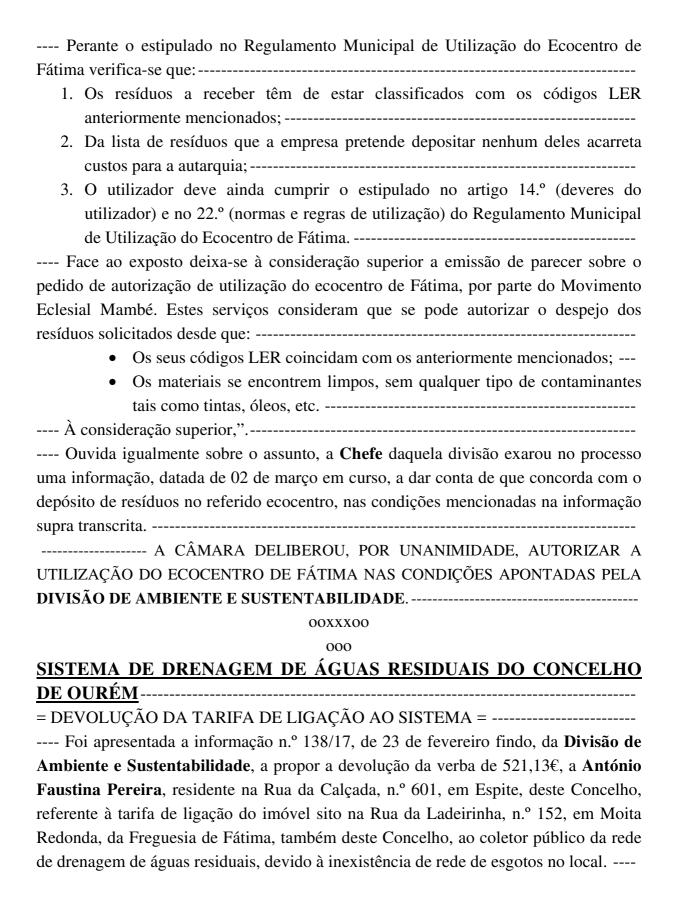
# PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO ECOCENTRO DE FÁTIMA -----

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 2706/2017, do **Movimento Eclesial Mambré**, com sede na Rua dos Moinhos da Fazarga, n.º 100, da Freguesia de

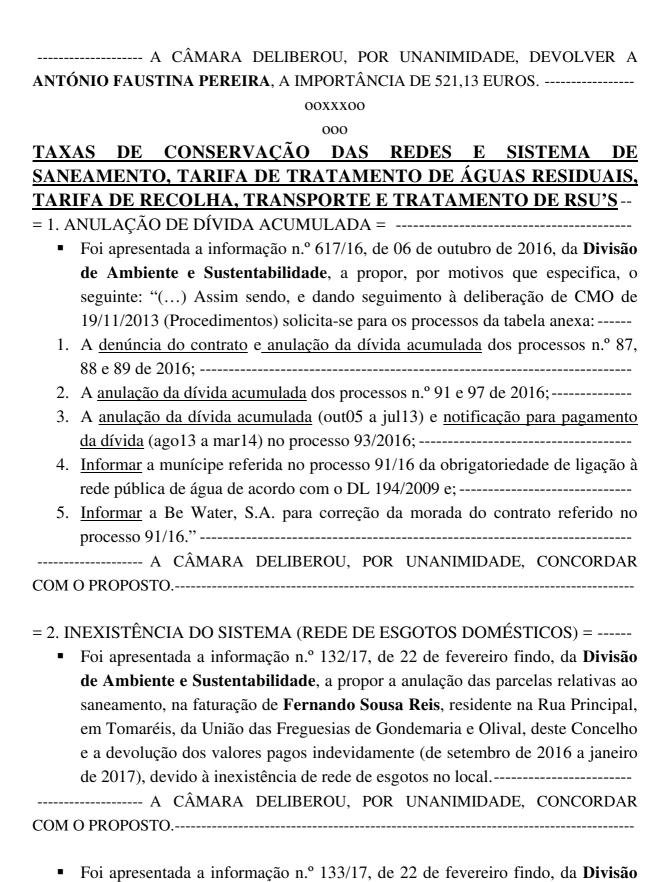
	a, deste Concelho, a solicitar autorização para proceder ao depósito de resíduos
	s urbanos, no Ecocentro de Fátima
inform requer	uvida sobre o pedido, a <b>Divisão de Ambiente e Sustentabilidade</b> prestou a ação n.º 127, de 22 de fevereiro findo, que se passa a transcrever: "Através do imento anexo, o Movimento Eclesial Mambé, sedeada na rua dos Moinhos da ga, solicita a esta edilidade autorização para depositar no ecocentro de Fátima
_	tipos de resíduos resultantes da sua atividade
	pedido de autorização apresentado, através de modelos próprios, vem dar
	imento ao estipulado no artigo 12.º do Regulamento Municipal de Utilização do
_	ntro de Fátima
	e acordo com o artigo 16.º do mesmo regulamento são admissíveis no ecocentro
	ima:
a)	Embalagens de papel e cartão – Código LER 15 0101; 20 01 01;
b)	Embalagens de plástico – Código LER 15 01 02;
	Plásticos Duros – Código LER 20 01 39;
	Embalagens de Vidro – Código LER 20 01 02 ou 15 01 07;
e)	Monos/Monstros (fogões, frigoríficos, máquinas de lavar, sofás, colchões,
	computadores, televisões, telemóveis) – Código LER 20 03 07;
f)	Metais ferrosos e não ferrosos – Código LER 20 01 40;
g)	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) - Código LER 20 01
	23 (*) ou 20 01 35 (*) ou 20 01 36;
h)	Resíduos de Construção e Demolição (RCD´s) – Código LER 17 09 04;
i)	Resíduos verdes – Jardins e parques – Código LER 20 02 01;
j)	Pilhas e acumuladores - Código LER 20 01 34;
k)	Madeiras - Código LER 20 01 38;
1)	Roupa, têxteis - Código LER 20 01 10 ou 20 01 11;
m)	Óleos Alimentares Usados - Código LER 20 01 25
De	e acordo com o artigo 12.º o processo de avaliação da autorização extraordinária
de resí	íduos no ecocentro será baseado fundamentalmente na aplicação dos seguintes
critério	08:
1.	A proveniência dos resíduos, caso não sejam oriundos do Concelho de Ourém;
2.	O impacto dos resíduos a receber nas metas do PERSU;
3.	Os encargos para o Município com a gestão destes resíduos;
4.	Os resíduos devem estar de acordo com o exposto no artigo 14.º do presente

Regulamento. -----



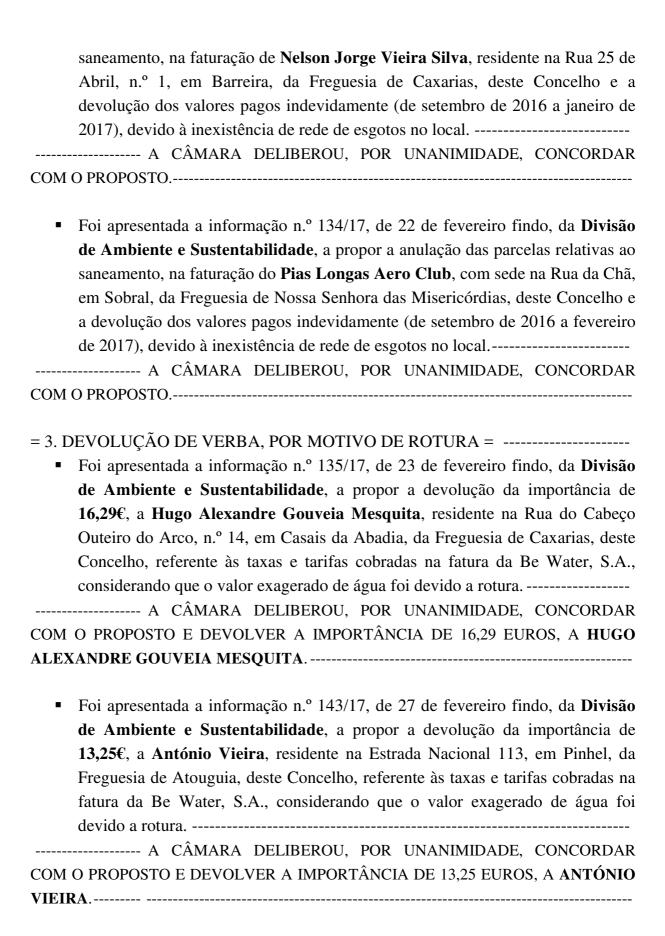




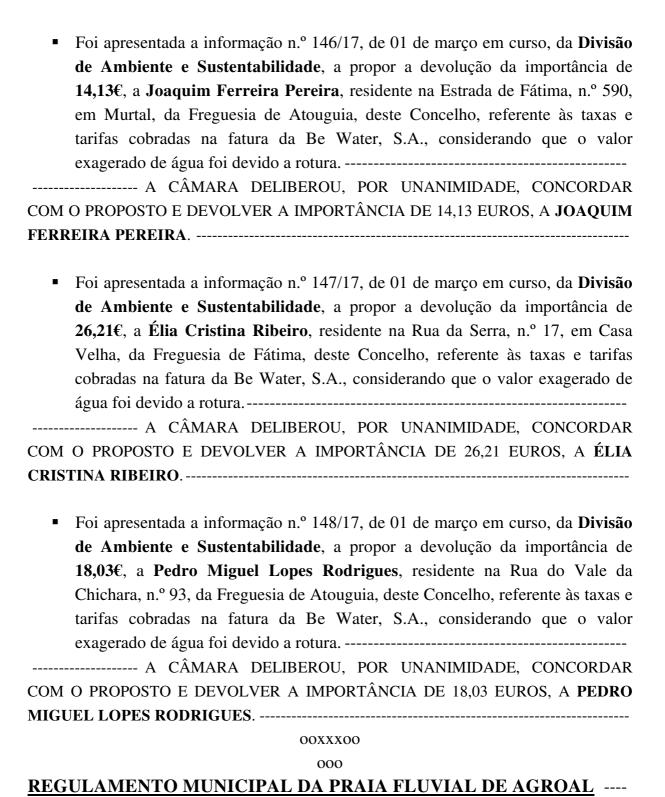


de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a anulação das parcelas relativas ao



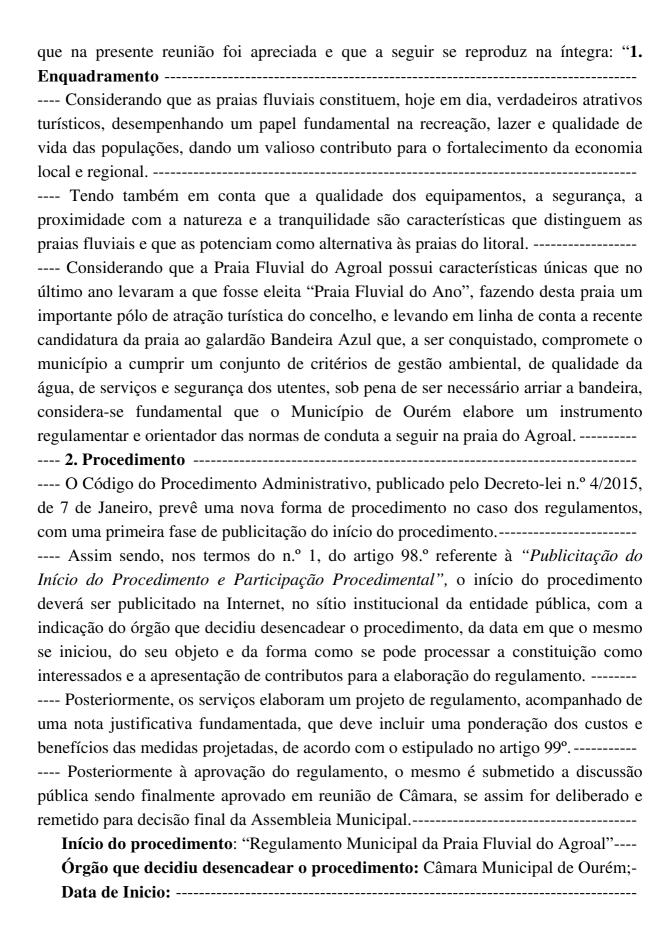


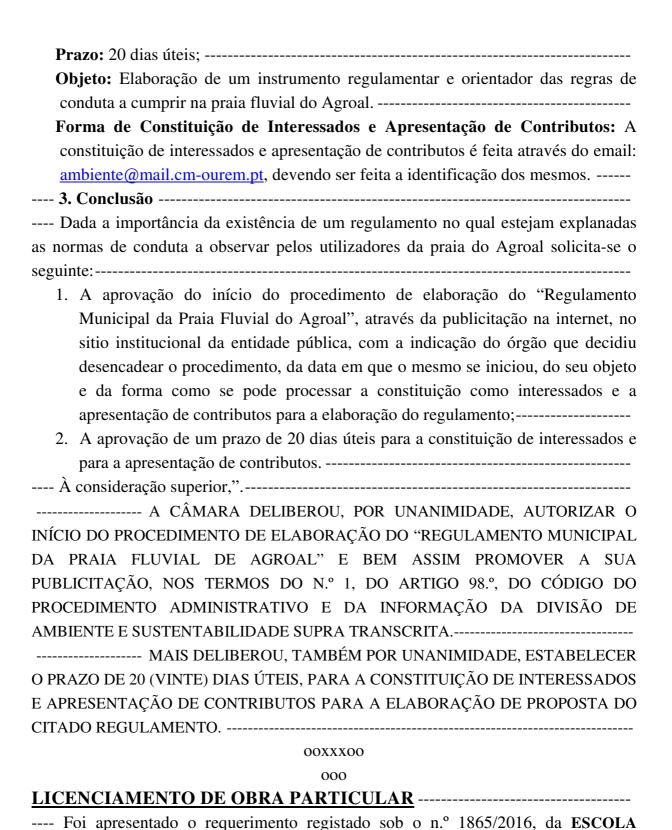




---- No âmbito do assunto supra mencionado, a **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade** prestou a informação n.º 121/17, datada de 21 de fevereiro findo,





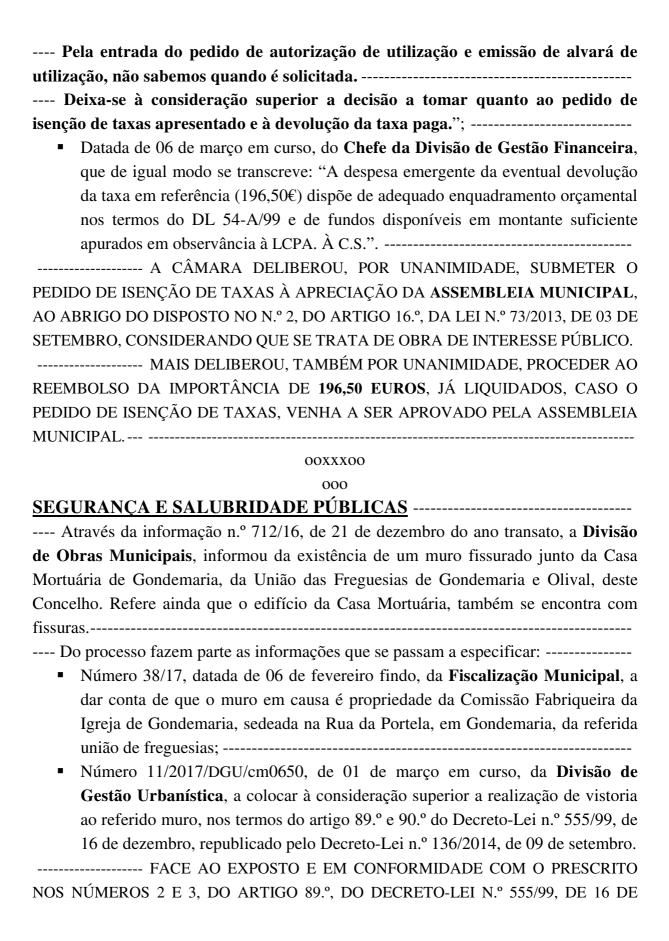


INFANTIL JACINTA MARTO, sedeada na Rua Santo António, n.º 73, em Cova da Iria, da Freguesia Fátima, deste Concelho, representada pela Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, a solicitar a devolução da taxa de

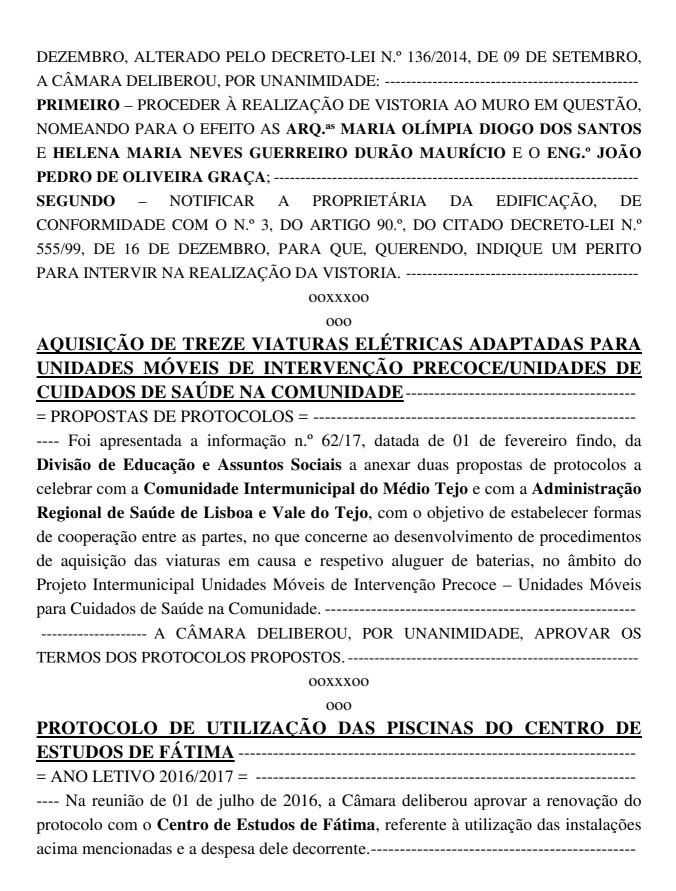


apreciação e a isenção de todas as taxas inerentes ao processo n.º 316/2016 (regularização das obras de alteração efetuadas no edifício do Jardim Infantil, sito na referida morada).--------- Do processo fazem parte as informações que se passam a especificar: -----Número 175/2016/DGU/cm0428, de 24 de novembro de 2016, da **Divisão de** Gestão Urbanística, que se passa a transcrever: "A instituição solícita a devolução da taxa paga e a isenção do pagamento das seguintes taxas: -----■ Entrada de processo de licenciamento (taxa de apreciação 196,50€ já paga); --■ Emissão de alvará de construção; ------■ Entrada do pedido de autorização de utilização; ------■ Emissão de alvará de utilização. ---------- Todas referentes ao processo 316/2016, de legalização de obras de alteração e ampliação de um edifício do Jardim Infantil e de um alpendre e arrecadação. --------- A instituição solicita a isenção do pagamento de todas as taxas devidas referentes à emissão de alvará de licença de obra e pedido de autorização de utilização referentes ao processo nº 04/06/2014. --------- As isenções de taxas encontram-se definidas nos nºs 1 e 2 do art.º 34º. do Regulamento e tabela de Taxas do Município de Ourém. --------- Nos termos da alínea e) do nº 1 do art.º 9º do RMUETCUCO - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Concelho de Ourém, as Instituições Particulares de Solidariedade Social legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem, diretamente à realização dos fins, estão isentas de taxas. --------- Nos termos do n.º 2 do art.º 9º do RMUETCUCO, as isenções referidas não dispensam a apresentação de requerimento, devidamente documentado e fundamentado, referente ao pedido de isenção de taxa. --------- O requerimento apresentado está documentado com uma declaração do Centro Regional de Segurança Social de Santarém, no entanto verifica-se que no projeto de arquitectura já existe o mesmo documento indicativo de que se trata de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25/02. -------- Em 02-11-2016 o requerente apresentou o processo, tendo pago a importância de 196,50€, pela taxa de apreciação nos termos do art.º 77 da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas (conforme cópia da guia em anexo). --------- Quanto ao valor da taxa pela emissão de alvará de obras, não nos é possível efectuar os cálculos, dado que o processo ainda não se encontra concluído.-----





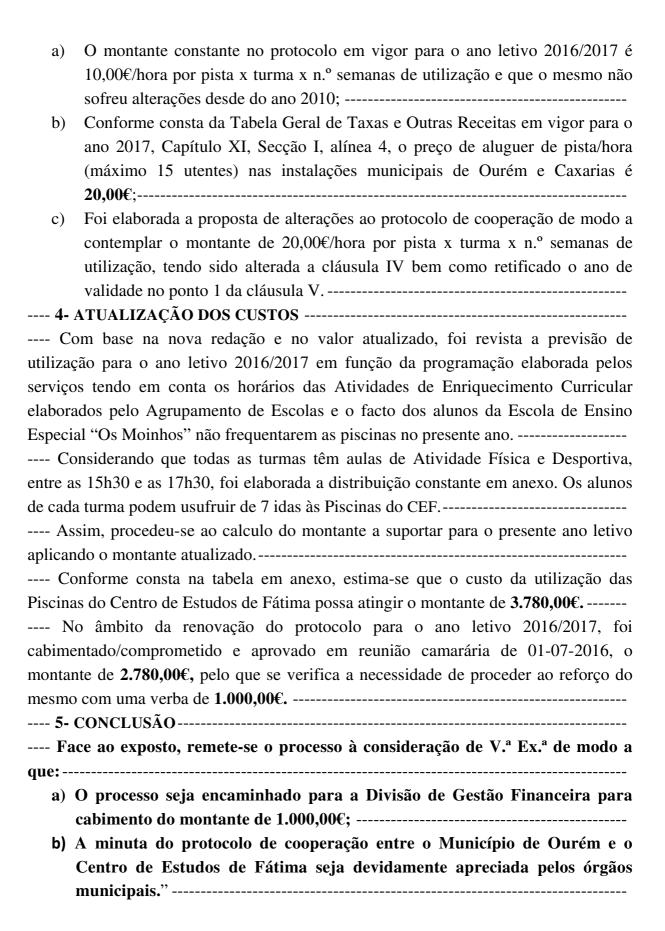




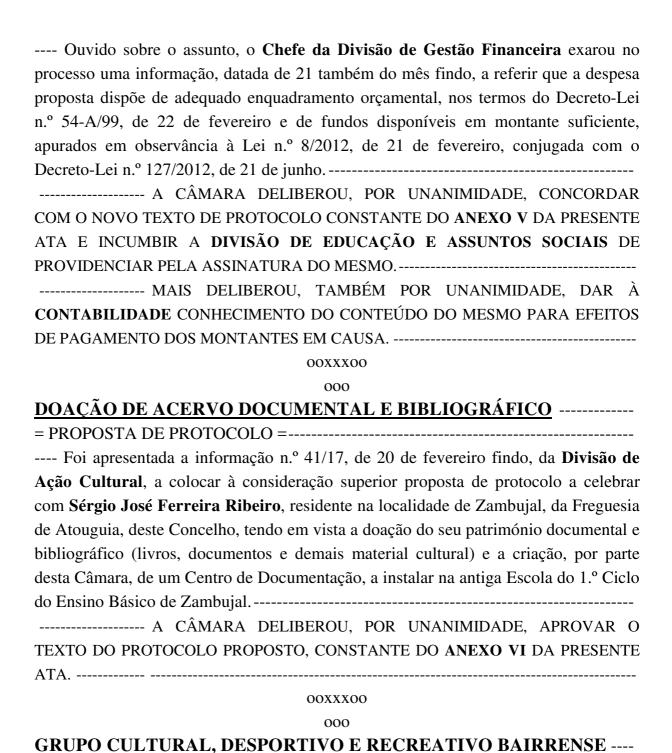


Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a	
informação n.º 72/17, de 10 do mês findo, da <b>Divisão de Educação e Assuntos</b>	
Sociais, que se passa a transcrever: "1- INTRODUÇÃO	
Recebemos, por parte do Centro de Estudos de Fátima, o pedido de atualização do	
valor a pagar por pista para a cedência das Piscinas daquele estabelecimento de ensino	
para realização das aulas de adaptação ao meio aquático, no âmbito das Atividades de	
Enriquecimento Curricular, para os alunos do Território Educativo de Fátima, inserido	
no Agrupamento de Escolas de Ourém	
A atualização proposta visa adaptar o valor praticado para esta cedência ao	
valor de referência para utilização das Piscinas Municipais de Ourém, ou seja,	
que o custo pista passe de 10,00€/h/pista para 20,00€/h/pista	
2- ENQUADRAMENTO	
Foi celebrado em 02-09-2010 um protocolo de cooperação entre a Câmara	
Municipal de Ourém e o Centro de Estudos de Fátima para a cedência das piscinas	
daquele estabelecimento de ensino no sentido de garantir o equipamento desportivo	
necessário à realização das aulas de adaptação ao meio aquático no âmbito das	
Atividades de Enriquecimento Curricular para os alunos do 1.º CEB do Território	
Educativo de Fátima do Agrupamento de Escolas de Ourém	
A Câmara comprometia-se a pagar pela utilização das pistas da piscina	
10,00€/hora por pista x turma x n.º semanas de utilização para fazer face às despesas	
de gastos energéticos	
O referido protocolo foi alvo de uma primeira alteração aprovada em reunião	
camarária de 06-09-2012, para o ano letivo 2012/2013, com vista à inclusão da	
frequência para os alunos da Escola de Educação Especial "Os Moinhos" e à alteração	
do formato de renovação do protocolo	
O novo texto foi subscrito em 20-09-2012 e renovado para os anos letivos	
seguintes por deliberação camarária, nomeadamente:	
a) Ano letivo 2013/2014 – deliberação de 14-02-2013	
b) Ano letivo 2014/2015 – deliberação de 05-08-2014	
c) Ano letivo 2015/2016 – deliberação de 19-06-2015	
d) Ano letivo 2016/2017 – deliberação de 01-07-2016	
3- PROPOSTA DE ADENDA	
Após análise do pedido de revisão do montante previsto por pista, informa-se V.ª	
Ex. <sup>a</sup> de que:	





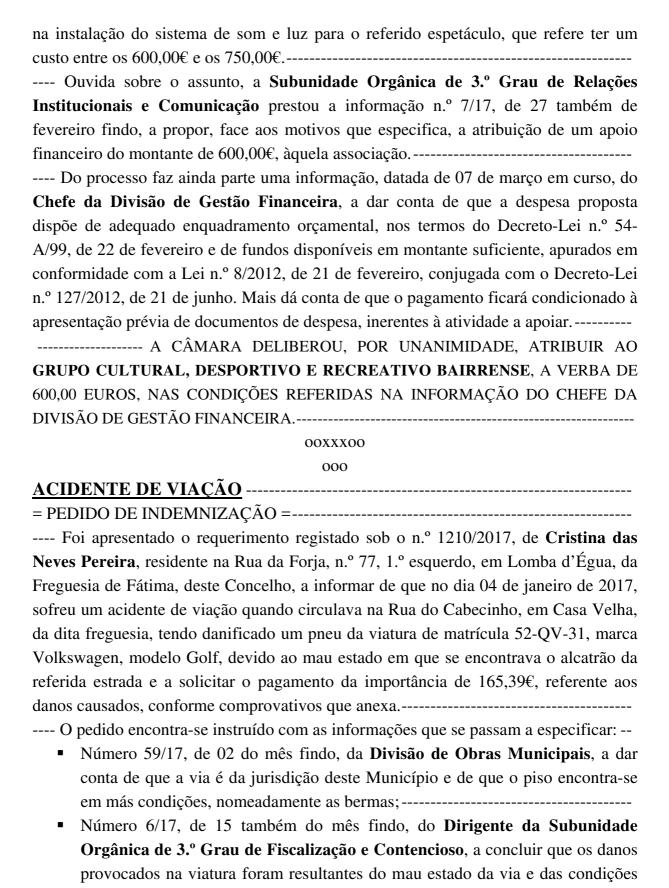




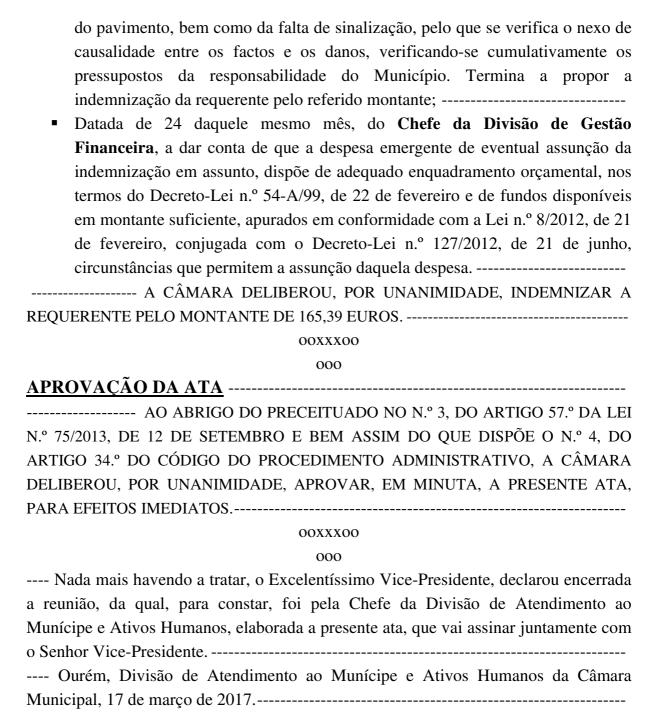
---- Através de carta, datada de 17 de fevereiro findo, o **Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense**, com sede na Rua da Lagoa, n.º 140, no lugar de Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, informou de que vai realizar mais uma edição do "Bairro Rockfest" e solicitou a colaboração desta Câmara

= PEDIDO DE APOIO = ------









O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 17/03/2017

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Alteração da denominação do Estádio Municipal de Fátima Proposta, datada de 14 de março corrente, do Senhor Presidente da Câmara.

#### 1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Estatuto dos Eleitos Locais – Apoio jurídico – Informação n.º 6/17, de 10 do corrente mês, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

### **1.3. PROJETO "OURÉM 2020"**

= Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II – Presépios de Natal – Atribuição de prémio – Informação n.º 14/17, sem data, da Equipa de Projeto "Ourém 2020".

### 1.4. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
  - 1. Carta registada sob o n.º 8175/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de José Pereira Rodrigues;
  - 2. Carta registada sob o n.º 8284/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de José Almeida Ferreira Batista;
  - 3. Carta registada sob o n.º 8660/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Gracinda Rosa Pereira.

## 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

= Afetação do montante máximo de encargos com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado para o ano 2017 – Informação n.º 01/17, de 13 de janeiro transato, da Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos.

### 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade:
  - Requerimento registado sob o n.º 4361/2017, de Manuel Correia Lopes, sobre prédio sito em Rio de Couros – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos:



- 2. Requerimento registado sob o n.º 7365/2017, de Luís Manuel Oliveira Curdia, em representação de Encarnação de Oliveira Vieira, sobre prédio sito em Escandarão Freguesia de Atouguia;
- 3. Requerimento registado sob o n.º 7592/2017, de Filipa Pereira (Solicitadora), em representação de Agostinho Henriques Francisco e mulher, sobre prédio sito em Vale da Meda União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
- 4. Requerimento registado sob o n.º 6980/2017, de Manuel Marto da Silva, sobre prédio sito em Aljustrel Freguesia de Fátima;
- = Pedido de cedência do Cine-Teatro Municipal Requerimento registado sob o n.º 8727/2017, do MOVE Movimento Ourém Vivo e Empreendedor.

#### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Cálculo do IVA Pró-Rata definitivo de 2016 e provisório de 2017 Informação n.º 22/17, datada de 09 de março corrente, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = "Construção de sanitários públicos e pintura do salão paroquial, em Vilões" Proposta de protocolo Informação n.º 23/17, de 09 de março em curso, do Chefe da DGF;
- = Proposta de protocolo de "Cedência da gestão do pavilhão gimnodesportivo de Pinheiro e Cabiçalva" Informação n. 24/17, datada de 14 de março em curso, do Chefe da DGF.

### 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= Celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços em regime de ajuste direto (Números 4 e 12, do artigo 49.°, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) – Informação n.º 97/17, de 01 do corrente mês, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

#### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Associação Social e Cultural de Fontainhas Seiça Pedido de cedência de materiais Carta, datada de 02 de fevereiro findo, da associação;
- = Pedido de cedência de calçada Requerimento registado sob o n.º 22.924/2016, de Elisabete Lopes Mendes Gonçalves.

#### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedido de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal Requerimento registado sob n.º 35.266/2016, da firma Verdasca & Verdasca, S.A.;
- = Pedido de autorização de utilização do Ecocentro de Fátima Requerimento registado sob o n.º 2706/2017, do Movimento Eclesial Mambré;
- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Devolução da tarifa de ligação ao sistema Informação n.º 138/17, datada de 23 de fevereiro findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
  - 1. Anulação de dívida acumulada Informação n.º 617/16, datada de 06 de outubro de 2016, da DAS;
  - 2. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
    - Informação n.º 132/17, de 22 de fevereiro findo, da DAS;
    - Informação n.º 133/17, de 22 de fevereiro findo, da DAS;
    - Informação n.º 134/17, de 22 de fevereiro findo, da DAS;
  - 3. Devolução de verba, por motivo de rotura:
    - Informação n.º 135/17, de 23 de fevereiro findo, da DAS;
    - Informação n.º 143/17, de 27 de fevereiro findo, da DAS;
    - Informação n.º 146/17, de 01 de março em curso, da DAS;



- Informação n.º 147/17, de 01 de março em curso, da DAS;
- Informação n.º 148/17, de 01 de março em curso, da DAS
- = Regulamento Municipal da Praia Fluvial de Agroal Informação n.º 121/17, de 21 do mês findo, da DAS.

#### 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamento de obra particular Requerimento registado sob o n.º 1865/2016, da Escola Infantil Jacinta Marto, representada pela Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, instruído com a informação n.º 175/2016/DGU/cm0428, de 24 de novembro de 2016, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Segurança e salubridade públicas Fissura em muro junto à Casa Mortuária de Gondemaria Informação n.º 11/2017/DGU/cm0650, de 01 de março corrente, da DGU.

### 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Aquisição de 13 viaturas elétricas adaptadas para unidades móveis de intervenção precoce/unidades de cuidados de saúde na comunidade e aluguer de baterias para as respetivas viaturas Propostas de protocolos com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Informação n.º 62/17, de 01 de fevereiro findo, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Protocolo de utilização das piscinas do Centro de Estudos de Fátima Ano letivo 2016/2017 Informação n.º 72/17, de 10 do mês findo, da DEAS.

### 8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Doação de acervo documental e bibliográfico - Proposta de protocolo - Informação n.º 41/17, de 20 do mês findo, da Divisão de Ação Cultural.

## 9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO

= Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense – Pedido de apoio – Carta, datada de 17 de fevereiro findo, da associação.

## 10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação - Pedido de indemnização - Requerimento registado sob o n.º 1210/2017, de Cristina das Neves Pereira, sobre acidente ocorrido na Rua do Cabecinho, em Casa Velha - Freguesia de Fátima, no dia 04/01/2017.

Câmara Municipal de Ourém, 14 de março de 2017

A Vereadora,

Maria Lucília Martins Vieira



# **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 03-03-2017 a 16-03-2017

Processo nº	Requerente	Local		
1921/2016	Telmo Duarte Comércio de Pedras Naturais, SA.	Avenida D. José Correia da Silva - Freguesia de Fátima		
678/2016	Congregação Religiosas do Amor de Deus	Rua S. João de Deus – n.º 5 - Cova d Iria - Freguesia de Fátima		
176/2017	Augusto ourives Pereira	Avenida Beato Nuno n.º 431 – Cova da Iria Freguesia de Fátima		
222/2017	ů –			
1481/2016	Sociedade Industrial Móveis Vil arense, Ld.ª	Vilar dos Prazeres – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		
327/2017	Eduardo Pereira Marques	Rua Fonte da Caldeireira - Freguesia de Fátima		
221/2017	Rita Eusébio	Rua Bom Samaritano, nº 6 - Cova da Iria - Freguesia de Fátima		
322/2017	Hotel Fátima Rural Hotelaria e Turismo	Estrada de Coelho Prazeres - n.º 40 - Casal Farto - Freguesia de Fátima		
1903/2016	Roberto Pereira Adriano	Rua Nossa Senhora da Graça - Sobral - Freguesia de Nª. Srªdas Misericórdias		
335/2017	Celeiro do Moleiro, Lda.	Rua dos Moinhos – Freguesia de Alburitel		
1904/2016	Pedra Alva – Sociedade Exploradora Calcária Centro, Lda.	Estrada da Pedra Alva, n.º 205 - Freguesia de Fátima		
360/2017	Hotel Santo Amaro, Lda.	Rua S. Francisco Marto, n.º 59 - Freguesia de Fátima		
193/2017	André Batista das Neves	Talhões – Moita Redonda – Freguesi de Fátima		
265/2017	Maria Júlia Pereira Ferreira Vieira	Rua do Adro - Valeira - Freguesia da Fátima		
164/2017	Armando Reis Neves	Rua de S. João Batista n.º 34 – Lombo D`Égua - Freguesia da Fátima		
205/2017	Cidália Maria Pereira Reis	Rua da Chã – Sobral – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		
264/2017				
179/2017	Raquel Maria Gonçalves Vieira da Silva Reis			
131/2017	Pedro Miguel Freitas Ferreira	Estrada do Cidral – nº 10 – Cidral – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival		
206/2017	Ana Paula Pereira dos Santos	Vilar dos Prazeres- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		
1985/2016	Aldeia e Irmão, Lda.	Lagoa do Furadouro – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		



374/2017	Filipe André Domingos Moleiro	Rua do Cabeço – Caneiro - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdia
376/2017	Bruno Henriques Marques	Rua da Feteira- Fontainhas da Serra - Freguesia de Atouguia
365/2017	Liliana Ribeiro dos Santos	Rua Principal – Mata - Freguesia de Urqueira
343/2017	Nelson Batista da silva	Rua do Hospital, n.º 545 – Freguesia de Espite
92/2017	Cabeça de Casal da Herança de Armando das Neves Marques	Rua da Escola n.º 9 - Amieira - Freguesia de Urqueira
1169/2016	Manuel Fernandes Rodrigues	Rua Principal – Cavadinha - Freguesia de Urqueira
351/2017	Mark Beirão Ribeiro	Rua Francisco Marques Pereira – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade

Ourém, 17 de março de 2017

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



# DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 03/03/2017 a 16/03/2017

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento	
7534	José de Jesus Oliveira Branco	Férias guarda noturno	
8245	Condomínio Bela Vista	Inspeção Periódica	
8242	Cond.Edifício Encostas de Fátima	Inspeção Periódica	
8238	Cond.Edifício Padre António Martins Pereira – Lote5	Inspeção Periódica	
8237	Cond.Edifício Anjo de Portugal, bloco A	Inspeção Periódica	
8236	Cond.Edifício Anjo de Portugal, bloco B	Inspeção Periódica	
8235	Cond.Edifício Anjo de Portugal, bloco C	Inspeção Periódica	
8233	CondEdifício Anjo de Portugal, bloco E	Inspeção Periódica	
8234	Cond.Edifício Anjo de Portugal, bloco D	Inspeção Periódica	
8252	Condomínio Edifício Azinheira nº 20	Inspeção Periódica	
8251	Condomínio Edifício D. José nº 282	Inspeção Periódica	
8250	Condomínio Edifício D. José nº 284	Inspeção Periódica	
8248	Cond.Edifício São João de Deus nº 22, lote nº 4	Inspeção Periódica	
8042	Hotel Aleluia Investimentos Turísticos, lda	Inspeção Periódica	
8168	Lux Mundi, Empreendimentos Hoteleiros, lda	Inspeção Periódica	
8247	Condomínio Edifício Ibérico nº 280	Inspeção Periódica	
8244	Condomínio Edifício Ibérico nº 280	Inspeção Periódica	
8790	Resifat, Lda	Inspeção Periódica	
8451	Inst. Das Irmãs Oblatas da Mª Virgem	Inspeção Periódica	
8341	Servos do Coração Imaculado Maria	Inspeção Periódica	
8291	Centro Apoio Social do Olival	Inspeção Periódica	
7394	S. Pintos-Engenharia e Construção, S.A	Licença de ruído	
7792	P'escola, Assoc. Cult. Recreat. Desp. Soutaria	Licença de Ruído	



6697	Acústica Médica	Rastreio Aud	litivo	
7136	Faustino Vieira Serralheiro	Vendedor Municipal	no	mercado

Ourém, 17 de março de 2017

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



## **APOIO FINANCEIRO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE N.º SR.º DA PIEDADE — "CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS E PINTURA DO SALÃO PAROQUIAL, EM VILÕES"

#### Considerando que:

- 1. A Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade pretende construir uns sanitários públicos e promover a pintura do Salão Paroquial em Vilões.
- 2. O imóvel a intervir é propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade.
- 3. A Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade é uma pessoa coletiva religiosa legalmente estabelecida.
- 4. As receitas próprias da Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 5. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, de acordo com as alíneas a) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

6

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade, pessoa coletiva religiosa como NIPC 501 219 692, com sede na Praça da República, n.º18, 2490 –



498 Ourém, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Manuel Armindo Pereira Janeiro.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Construção de Sanitários Públicos e Pintura do Salão Paroquial, em Vilões", conforme projeto técnico previsto no Anexo – I.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 10.000 euros (Dez Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a. 3,500 euros (Três Mil e Quinhentos Euros), em abril de 2017;
  - b. 3.250 euros (Três Mil, Duzentos e Cinquenta Euros), em junho de 2017
  - c. 3.250 euros (Três Mil, Duzentos e Cinquenta Euros), em agosto de 2017.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos



comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento	será efectuado po	or transferência l	oancária, pa	ara a conta l	oancária da
	Fábrica da Igr	reja Paroquial de I	N.ª Sr.ª da Pieda	de, com o	número de id	dentificação
	bancária			_ da	entidade	bancária
			, conforme	declaração	em Anexo	- II, a qual
	faz parte integ	rante do presente	contrato-program	ıa.		

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.



- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



#### CLÁUSULA 13.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

#### CLÁUSULA 14.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	<del></del>
O presente Protocolo de Colaboração compreende	7 folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubrio	adas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mes	smos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2017, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um deles a	os seus Outorgantes.



Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,		
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Manuel Armindo Pereira Janeiro		



# PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA

Ao longo dos anos tem-se verificado que a educação está em constante mutação. As alterações no 1.º Ciclo do Ensino Básico decorrentes das Actividades de Enriquecimento Curricular nas escolas, nomeadamente no domínio desportivo, têm vindo a assumir, progressivamente, uma relevância significativa no âmbito das políticas sócio-educativas em Portugal, onde os municípios desempenham um papel importantíssimo.

As actividades de enriquecimento curricular garantem o desenvolvimento equilibrado das crianças numa idade em que o processo pedagógico-educativo é decisivo para a sociabilização integrada dos mesmos.

Neste sentido, o Município de Ourém celebra com o Centro de Estudos de Fátima o presente protocolo de cedência de instalações (Piscina), na certeza de que é garantido um pleno aproveitamento das mesmas, para a realização das actividades de enriquecimento curricular, das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Território Educativo de Fátima, integrado no Agrupamento de Escolas Ourém.

O presente Protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula I

#### Identificação dos Outorgantes

O presente Protocolo de Cooperação é celebrado entre o **Município de Ourém**, adiante designado como Primeiro Outorgante, localizada na Praça D. Maria II, n.º 1, em Ourém, representada pelo seu Presidente, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, e o **Centro de Estudos de Fátima**, adiante designado como Segundo Outorgante, localizado na Rua do Centro de Estudos de Fátima, representado pelo seu Director Manuel Augusto Fonseca Pires Bento.

# Cláusula II

#### Objecto

O presente Protocolo, firmado pelos subscritores acima referidos, visa garantir o bom funcionamento das actividades de enriquecimento curricular das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento Escolas Ourém nomeadamente actividade física e desportiva - adaptação ao meio aquático e permitir o acesso a aulas de natação para os



alunos com necessidades educativas especiais matriculados na Escolas Especial "Os Moinhos".

#### Cláusula III

#### Cooperação dos subscritores

Os subscritores do presente Protocolo cooperarão entre si para dar cumprimento ao objectivo acima expresso.

#### Cláusula IV

#### **Compromissos dos subscritores**

- O **Município de Ourém** assume o compromisso de pagamento de **20,00 Euros/hora** por pista x turma x n.º de semanas de utilização para fazer face às despesas de gastos energéticos (água, gás, electricidade) limpeza e manutenção de instalações.
- O **Centro de Estudos de Fátima** compromete-se a ceder as instalações (Piscinas) destinadas ao funcionamento das aulas de enriquecimento curricular actividade física e desportiva adaptação ao meio aquático às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento Escolas de Ourém território educativo de Fátima em horários a articular entre as entidades envolvidas bem como de alunos com necessidades especiais matriculados na Escola Especial "Os Moinhos".

#### Cláusula V

#### **Vigência**

- O presente Protocolo é válido para o ano lectivo de 2016/2017, podendo ser renovado por períodos de um ano escolar, a iniciar sempre em 1 de Setembro, desde que o Município de Ourém o solicite até 30 dias antes do seu terminus.
- 2. O presente Protocolo pode ser denunciado por qualquer dos subscritores, justificadamente e por escrito, até 60 dias antes do seu *terminus*.
- 3. O presente Protocolo poderá ainda ser alterado ou denunciado, em função de alterações legislativas ou circunstâncias supervenientes, situação em que o mesmo será objecto de novo acordo entre os signatários.



# Cláusula VI

#### **Casos Omissos**

As situações omissas serão resolvidas por acordo entre as partes que assinam o presente Protocolo de Cooperação.

#### Cláusula Única

O presente Protocolo contém três páginas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades subscritoras, à excepção da última, que contém as suas assinaturas.

É feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades.

Ourém, \_\_ março de 2017.

O Primeiro Outorgante Município de Ourém O Segundo Outorgante Centro de Estudos de Fátima

Paulo Alexandre Homem de O. Fonseca Presidente da Câmara

Manuel Augusto Fonseca Pires Bento Director



### **PROTOCOLO**

# DOAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICO DE SÉRGIO RIBEIRO AO MUNICÍPIO DE OURÉM

**ENTRE:** 

#### **Primeiro Outorgante:**

O **Município de Ourém,** pessoa coletiva nº 501 280 740, sedeado na Praça D. Maria II, nº 1, na sede de freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do concelho de Ourém, através do seu órgão executivo, aqui representado pelo seu presidente, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca e denominado como CMO;

e

#### **Segundo Outorgante:**

**Sérgio José Ferreira Ribeiro**, pessoa individual, cartão de cidadão nº 02010116, residente em Zambujal, freguesia de Atouguia, concelho de Ourém, adiante designado por SR,

é reciprocamente aceite e celebrado o presente Protocolo, o qual se rege pelas seguintes Cláusulas.

# Cláusula Primeira (Objeto)

O SR faz doação à CMO do seu património de livros, documentos e demais material cultural nas condições reguladas no presente Protocolo.

# Cláusula Segunda (Obrigações da CMO)

A CMO cria na sua estrutura funcional, na área cultural e documental, um Centro de Documentação Joaquim Ribeiro-Zambujal, adiante designado por CDJR-Z.



## Cláusula Terceira (Sede)

A sede material do património a transferir será na antiga Escola Primária do Zambujal, atualmente desativada, que se adaptará às necessidades do CDJR-Z.

#### Cláusula Quarta

#### (Tratamento documental, catalogação e arrumação)

- 1. Os livros e documentos não livro serão tratamos e monitorizados pelos serviços da Biblioteca e Arquivo Municipal, respetivamente, nos seguintes termos:
  - a) Os livros que forem transferidos por SR para o CDJR-Z serão tratados profissionalmente pelos serviços da Biblioteca Municipal, com vista a devida catalogação, classificação e inclusão no acervo da Biblioteca Municipal de Ourém, com o nome de Fundo Sérgio Ribeiro (FSR).
  - b) Os documentos não incluídos na alínea anterior serão tratados profissionalmente pelos serviços do Arquivo Municipal e será criado um conjunto documental designado Conjunto Sérgio Ribeiro (CSR).

#### Cláusula Quinta

#### (Transferência do património)

- a) SR acompanhará, enquanto e como lhe for possível, todo o trabalho relativo à transferência do património, e afirma a intenção de incentivar a criação de uma associação Liga de Amigos do CDJR-Z, que se constitui como entidade com autonomia e independência, com estatutos próprios, mantendo uma articulação permanente com a CMO na gestão das instalações e na dinamização de iniciativas.
- b) Após a constituição formal da Liga de Amigos, será celebrado um protocolo entre a sua direção e a CMO que terá por objeto a definição dos termos e condições de utilização, manutenção e gestão do espaço.

# Cláusula Sexta (Liga de Amigos)

Dessa Liga de Amigos farão parte os herdeiros legais do SR e mais quem ele entender dever compor um núcleo fixo de direcção antes e para começo da sua institucionalização com reconhecimento estatutário.



## Cláusula Sétima (Fundo financeiro)

Desde já, SR e, no futuro, ele e a direcção da associação a criar, estabelecerão um fundo financeiro para promover e apoiar atividades do CDJR-Z, a programar em colaboração com a CMO.

§ único – A CMO entrará, se assim o decidir, para a constituição desse fundo.

#### Cláusula Oitava

#### (Divulgação e acessibilidade do acervo)

Essas atividades visarão a divulgação da existência do FSR na Biblioteca Municipal e do CSR no Arquivo Municipal, instalados com demais acervo do CDJR-Z, e tornar estes acessíveis a quem possa ser útil para estudo, investigação ou outros fins a regulamentar.

#### Cláusula Nona

#### (Regulamentação e articulação)

Essa regulamentação terá como particular relevância a articulação da atividade do CDJR-Z e com acções ao nível de freguesia, município e região, privilegiando a actividade "em rede" com entidades similares.

## Cláusula Décima (Anexo)

Será anexada a este protocolo uma primeira lista de temas abarcados pelo património a transferir como doação de SR, a qual faz parte integrante do presente Protocolo.